

AGOSTO / 2017

INTERNACIONAL

EUROPA

A economia da zona do euro cresceu 0,6% no segundo trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior e 2,2% em relação ao ano anterior, conforme a segunda estimativa da agência Eurostat. No primeiro trimestre a alta do PIB foi revista de +0,6% para +0,5%.

Em julho, conforme o informado também pela agência Eurostat, a taxa de desemprego na zona do euro permaneceu em 9,1%, como em junho, 9,1%, a menor marca desde fevereiro de 2009. A agência estimou em 18,73 milhões de pessoas o contingente de desempregados.

A taxa de inflação, por sua vez, depois de ter se aproximado de 2% em março, na base anual, desacelerou para 1,3% em julho, taxa igual a de junho, mas voltou a acelerar em agosto, mês em que os preços ao consumidor subiram 1,5% em relação ao ano anterior.

EUA

Conforme a segunda estimativa, pelo Departamento de Comércio, o PIB americano no segundo trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 3%, contra 1,2% do trimestre anterior. O maior crescimento foi impulsionado pelos gastos robustos dos consumidores e os fortes investimentos empresariais.

O mercado de trabalho continuou firme. Em agosto foram criados 156 mil novos postos não agrícolas, quando a expectativa era de 200 mil. A taxa de desemprego que era de 4,3% em julho subiu para 4,4% em agosto.

Por outro lado, a ata da reunião do FED realizada no final de julho, indicou que a autoridade monetária americana pode esperar para elevar novamente a taxa de juros, depois das duas altas neste ano. A inflação do consumidor persiste num patamar ainda muito baixo.

ÁSIA

No Japão, o PIB do segundo trimestre cresceu 1% sobre o anterior e 4% na base ano. Foi o sexto trimestre consecutivo de expansão liderada pelo consumo privado e despesas de capital.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,29% a.a. no final de julho, terminaram agosto com um rendimento de 2,12% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,03% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês com rendimento de 0,36%. Paralelamente, o dólar se desvalorizou 0,57% perante o euro e valorizou-se 0,25% perante o yen, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram resultados mistos também em agosto. Enquanto a bolsa alemã (Dax) caiu 0,52% no mês, a inglesa (FTSE 100) subiu 0,80%, a do Japão (Nikkei 225) caiu 1,40%, enquanto a americana avançou (S&P 500) 0,05%.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 0,51%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

O PIB do Brasil cresceu 0,2% no segundo trimestre deste ano, em relação ao primeiro. Pelo lado da oferta o setor da agroindústria ficou estável, o industrial registrou queda de 0,5%, mas o de serviços teve expansão de 0,6% no período. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 1,4%, a demanda do governo recuou 0,9% e a formação bruta de capital fixo (investimentos) recuou 0,7% entre abril e junho. Já o setor externo continuou a ter impacto positivo, com as exportações crescendo 0,5% no segundo trimestre.

Já a taxa de desemprego, que era de 13,6% no trimestre encerrado em abril, recuou para 12,8% no trimestre encerrado em julho, com 13,8 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.106,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 16,1 bilhões em agosto. No ano o déficit primário acumulou R\$ 51,3 bilhões e em doze meses R\$ 170,5 bilhões (2,66% do PIB).

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 428,2 bilhões (6,69% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 598,7 bilhões (9,35% do PIB), também em doze meses.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,72 trilhões (73,8% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), recuou, de julho para agosto de 0,24% para 0,19%, por conta dos alimentos mais baratos, que compensaram a alta dos combustíveis.

Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,46%, bem abaixo do piso da meta que é 3% e no ano, de 1,62%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), caiu 0,03% em agosto passando a acumular uma alta de 1,27% no ano e de 1,73% em doze meses.

JUROS

Na ata do Copom, em que decidiu reduzir a taxa Selic de 10,25% para 9,25% ficou entendida a continuidade do movimento de redução de 1% da taxa Selic, desde que o balanço de riscos permita o fato.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de agosto cotada em R\$ 3,1471, com uma valorização de 0,52% no mês.

Em julho, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 3,4 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 13,8 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 4,1 bilhões no mês, as reservas internacionais terminaram julho em US\$ 381 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 306,1 bilhões.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em agosto de 2017 um superávit de US\$ 5,9 bilhões, o maior superávit para o mês desde o início da série histórica e acumula no ano um saldo de US\$ 48,1 bilhões, recorde para o período.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de agosto acabou sendo o do IMA-B 5+ com alta de 1,36%, seguido do IMA-B Total, com 1,34% e do IDKa 20 (IPCA), com 1,18%. Em doze meses, o melhor desempenho foi o do IRF-M 1+ com alta de 19,51%, seguido do IDKa 20 (IPCA) com alta de 18,36% e do IRF-M Total, com alta de 17,69%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a alta no mês foi de expressivos 7,46% e agora acumula no ano uma alta de 17,61% e de 21,63% em doze meses. Os juros em queda, a evolução do PIB melhor que a esperada e o ingresso de capital estrangeiro, que no mês foi de R\$ 2,98 bilhões, elevando o acumulado no ano para cima de R\$ 10 bilhões, foram os principais responsáveis pela alta.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

As atenções no mercado internacional em setembro se voltam para os aspectos geopolíticos, como a questão da bomba norte-coreana e para o resultado da reunião do Banco Central Europeu, além das mudanças fiscais que o governo Trump pretende implementar.

MERCADO NACIONAL

No mercado local, as atenções em setembro estarão voltadas para a próxima reunião do Copom, onde nova redução de 1% da taxa Selic é esperada e para as discussões a respeito do avanço das reformas, em um ambiente em que uma nova denúncia que envolva o presidente Temer pode acontecer.

Entendemos que, dado o expressivo avanço já ocorrido dos índices que referenciam os fundos de investimentos em títulos públicos, em julho e agosto, no ano e em doze meses, por conta da queda da inflação e da redução da taxa Selic, é chegado o momento de sugerirmos a realização dos lucros obtidos com as aplicações de longuíssimo prazo.

Permanecer com uma exposição no vértice de longuíssimo prazo neste momento de ainda grandes incertezas, pode não representar ganhos expressivos em função do fator risco a ser incorrido. Assim, recomendamos uma exposição de 30% no vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) mantemos a nossa recomendação de uma exposição de 10%. Os recursos saídos do longuíssimo prazo deverão ser migrados para as aplicações em fundos DI, cuja alocação agora sugerida é de 30% e para as aplicações no IRF-M 1, com alocação sugerida de 5%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 3.922/2010, o percentual máximo de alocação em fundos enquadrados no Artigo 7º, Inciso IV é de 30%. A estratégia ora recomendada mantém a perspectiva de bom retorno ao mesmo tempo em que reduz o risco total da carteira.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais.

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), além das realizadas em ações (10%).

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos	
<u>Renda Fixa</u>	75%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDIC/ Crédito Privado)	30%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	10%
Curto Prazo (CDI e IRF-M 1)	35%
<u>Renda Variável</u>	25%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	5%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%